

DARCI GUIMARÃES RIBEIRO

O NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

PRESENTE E FUTURO

BOOKS BY
AUTHORS 

Livro também disponível na plataforma
www.booksbyauthors.com

Londrina/PR
2020


THOTH
EDITORA

© Direitos de Publicação Editora Thoth. Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br
Diagramação e Capa: Editora Thoth
Revisão: os autores. Editor chefe: Bruno Fuga
Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes
Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bianco Zalmora Garcia • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Elve Miguel Cenci • Prof. Dr. Fábio Fernandes Neves Benfatti • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Esp. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof^a. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Prof. Dr. Osmar Vieira da Silva • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof^a. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Me. Smith Robert Barreni • Prof. Me. Thiago Caversan Antunes • Prof. Me. Thiago Moreira de Souza Sabião • Prof. Dr. Thiago Ribeiro de Carvalho • Prof. Me. Tiago Brene Oliveira • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ribeiro, Darci Guimarães. O novo processo civil brasileiro: presente e futuro / Darci Guimarães Ribeiro. – Londrina, PR: Thoth, 2020.
262 p.

Bibliografias: 235 - 262
ISBN 978-65-86300-95-6

1. Direito. 2. Processo civil. 3. Processo. 4. Direito processual.
I. Título

CDD 341.46

1189519

Índices para catálogo sistemático
1. Direito Processual Civil : 341.46

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização.
Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu autor.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	5
PRÓLOGO	7
CAPÍTULO 1	
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL.....	17
I A dimensão Constitucional do contraditório e seus reflexos no CPC.....	17
1.1 O contraditório no Estado Constitucional	17
1.2 A dialética Processual e o Contraditório	19
1.3 Espécies de Contraditório.....	23
1.4 A evolução do princípio: da fase formal à Constitucional.....	25
1.4.1 As Fases formal e material.....	25
1.4.2 A fase Constitucional.....	26
1.4.2.1 Posição do STJ	28
1.4.2.2 Do direito de influência ao direito de ser ouvido.....	30
1.5 Os Enunciados da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAN	32
1.6 O Contraditório no CPC	35
1.6.1 Das normas fundamentais do processo civil	35
1.6.1.1 O efetivo contraditório: da igualdade perante a lei à igualdade diante do direito	36
1.6.1.2 O contraditório e o Princípio <i>Iura Novit Curia</i>	37
1.6.1.2.1 Restrição Relativa	39
1.6.1.2.2 Restrição Absoluta.....	40
1.6.2 Da alegação de incompetência absoluta	41
1.6.3 Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	42
1.6.4 O contraditório na prova	43
1.6.4.1 Da prova emprestada.....	46
1.6.5 Coisa julgada material nas questões prejudiciais.....	48
1.6.6 Do incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	49
1.6.7 Da concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória que contenha decisão interlocutória	50
1.6.8 Da reclamação.....	51
1.6.9 Agravo interno.....	52

2 Boa-fé no processo civil.....	54
2.1 A boa-fé como conceito ético-social do homem.....	54
2.2 A boa-fé como cláusula geral de conduta processual.....	55
2.3 A boa-fé como Sobreprincípio Processual: <i>Lex Legum</i>	57
2.4 O alcance do art. 5º do CPC: boa-fé objetiva e subjetiva.....	59
2.5 A boa-fé objetiva e o abuso nos comportamentos processuais.....	60
2.5.1 <i>Exceptio Doli</i>	62
2.5.2 <i>Venirem Contra Factum Proprium</i>	63
2.5.3 <i>Nemo Audiatur Propriam Turpitudinem Allegans</i>	64
2.5.4 <i>Tu Quoque</i>	66
3 Cooperação e processo: uma análise crítica.....	67
3.1 Conceito e significado de cooperação.....	67
3.2 Posição da doutrina brasileira.....	68
3.3 Cooperação e conceitos afins.....	69
3.3.1 Cooperação <i>versus</i> colaboração.....	69
3.3.2 Cooperação e lealdade processual.....	70
3.4 A cooperação no direito civil.....	70
3.5 A cooperação no processo civil.....	71
3.6 Antinomia principiológica: cooperação <i>versus</i> direito ao silêncio.....	71
3.7 A cooperação como decorrência natural do princípio do contraditório.....	73

CAPÍTULO 2

DA FASE DO SANEAMENTO E DA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO.....77

4 O saneamento e a organização do processo como direito fundamental.....	77
4.1 Prolegômenos.....	77
4.2 Da importância constitucional desta fase e seus requisitos implementadores.....	79
4.3 Natureza dúplíce das decisões de saneamento.....	82
4.4 Obrigatoriedade do saneamento.....	83
4.5 Conteúdo do saneamento.....	85
4.5.1 Verificação de vícios ou irregularidades sanáveis.....	85
4.5.2 Questões processuais pendentes.....	86
4.6 Conteúdo da organização do processo.....	87
4.6.1 Tentativa de conciliação.....	87
4.6.2 Delimitação das questões de fato.....	89
4.6.3 Distribuição do ônus da prova.....	89
4.6.3.1 Teoria clássica.....	91
4.6.3.2 Teoria da inversão do ônus da prova.....	91
4.6.3.3 Teoria dinâmica do ônus da prova.....	91
4.6.3.4 Teoria da presunção judicial ou aparência do fato (<i>Anscheinsbeweis</i>).....	92
4.6.3.5 Regra de instrução ou julgamento.....	93
4.6.4 Delimitação das Questões de Direito e <i>Iura Novit Curia</i>	94

4.6.5 Designação da audiência de instrução e julgamento.....	95
4.7 Formas de sancionamento.....	96
4.7.1 Forma monocrática	96
4.7.2 Forma homologatória.....	97
4.7.3 Forma compartilhada.....	100
4.7.3.1 Consequências para o não comparecimento	100
4.7.3.2 Direito alemão.....	101
4.7.3.3 Esclarecer.....	103
4.7.3.4 Integrar.....	104
4.7.3.5 Estabilidade objetiva da demanda e princípios processuais fundamentais	107
5 Objeto do processo e objeto do debate: dicotomia essencial para uma adequada compreensão do CPC.....	109
5.1 Considerações preliminares.....	109
5.2 Natureza jurídica do objeto do processo.....	111
5.2.1 Aproximação às diversas teorias doutrinárias	112
5.2.1.1 Concepção material.....	112
5.2.1.2 Concepção Processual	114
5.2.2 Nossa Posição	116
5.3 Conceito e análise dos seus elementos.....	118
5.3.1 Declaração de vontade feita pelo autor através de uma petição	118
5.3.2 Petição fundamentada.....	122
5.3.3 Obtenção de uma sentença.....	122
5.4 Dicotomia entre objeto do processo e objeto do debate.....	123
5.4.1 Objeto do processo.....	124
5.4.2 Objeto do debate.....	127
5.5 Elementos individualizadores do objeto do processo e do debate e suas relações com a sentença e a coisa julgada	130
5.6 Aplicação desta dicotomia no CPC.....	133

CAPÍTULO 3

SISTEMATIZAÇÃO DA PROVA.....	135
6 Provas atípicas	135
6.1 Noções gerais.....	135
6.2 Fatos notórios	135
6.3 Fatos confessados	142
6.4 Fatos Incontrovertidos	145
6.5 Presunções.....	147

7	Breves anotações sobre ata notarial.....	155
7.1	Conceito de ata notarial.....	155
7.2	Ata notarial e escritura pública.....	155
7.3	Requisitos.....	155
7.4	Conteúdo.....	156
7.5	Fé Pública.....	156
7.6	Tipos de Atas Notariais.....	156
7.7	Eficácia Probante.....	157
8	Questões relevantes do depoimento pessoal.....	158
8.1	Conceito e finalidade do depoimento da parte.....	158
8.2	Requerimento e Momento do Depoimento.....	158
8.3	Legitimidade para prestar o depoimento.....	159
8.4	Requisitos para aplicação da pena de confesso.....	159
8.5	Depoimento pessoal e meios eletrônicos.....	159
8.6	Hipóteses de recusa em depor.....	160
8.6.1	Formas de resposta e valoração judicial.....	160
8.7	Aplicação da pena de confesso.....	160
8.8	Das Notas.....	161
8.9	Recusa em Depor.....	161
8.9.1	Fatos criminosos ou torpes.....	161
8.9.2	Sigilo profissional.....	162
8.9.3	Preservação do núcleo familiar.....	162
8.9.4	Ações de estado e de família.....	162
9	A prova pericial no direito brasileiro.....	163
9.1	Prolegômenos.....	163
9.2	Admissibilidade da Prova Pericial.....	163
9.3	Prova pericial extrajudicial e antecipada: distinções.....	165
9.4	O perito e os Assistentes Técnicos.....	167
9.4.1	Da nomeação do perito e dos assistentes técnicos.....	167
9.4.2	Nomeação de Pessoa Jurídica.....	169
9.5	Perícia de documentos ou de natureza médico-legal.....	169
9.6	Perícia Complexa.....	170
9.7	Prova pericial e negócios jurídicos processuais.....	171
9.8	Recusa do Perito.....	173
9.9	Procedimento da Prova Pericial.....	174
9.10	Custo da Perícia.....	176

CAPÍTULO 4

DA FASE DECISÓRIA.....	179
10 Contributo ao estudo da sentença declaratória.....	179
10.1 A eficácia Preponderante como Critério Classificador.....	179
10.2 Pretensão Declaratória.....	186
10.3 Objeto.....	188
10.4 Interesse de Agir.....	189
10.5 Características da Pretensão Declaratória.....	190
10.6 Sentença Declarativa e Coação.....	191
10.7 Prescrição e decadência da pretensão declarativa.....	194
11 Teoria crítica da sentença constitutiva e sua efetividade.....	196
11.1 Direitos Potestativos.....	196
11.2 Sentença Constitutiva.....	198
11.2.1 Conteúdo e Direitos Potestativos.....	198
11.2.2 Sentença Constitutiva e Sentença Declaratória.....	201
11.2.3 Sentença Constitutiva e Sentença Condenatória.....	203
11.2.4 Execução e Sentença Constitutiva.....	205

CAPÍTULO 5

O FUTURO DO PROCESSO CIVIL.....	209
12 Inteligência artificial e direito: uma análise prospectiva dos sistemas inteligentes no processo judicial.....	209
12.1 Introdução.....	209
12.2 Conceito de inteligência artificial.....	210
12.3 Classificação.....	212
12.4 Princípios Norteadores e Limitadores.....	214
12.5 Técnica como Fim na Sociedade Digital.....	217
12.6 Aplicação da Inteligência Artificial nas Atividades Judiciais Interna e Externa.....	219
12.6.1 Estônia.....	220
12.6.2 Colômbia.....	221
12.6.3 Itália.....	223
12.6.4 Brasil.....	223
12.7 Perspectivas e Desafios.....	229
12.8 Considerações Finais.....	233
REFERÊNCIAS.....	235